

Certeza, Filosofia da Psicologia e o Manuscrito 119*

Certainty, Philosophy of Psychology, and Manuscript 119

Wagner Teles de Oliveira

wtoliveira@uefs.br

(Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil)

Resumo: É comum aos textos de Wittgenstein que tratam da certeza e da filosofia da psicologia, produzidos entre 1945 e 1951, a compreensão de que a certeza, essencial ao funcionamento das práticas simbólicas e não simbólicas, é uma questão de atitude. Essa maneira de entender a certeza tem importância fundamental em sua filosofia da psicologia, pois a objetividade das expressões psicológicas é tramada na dependência dela. A edição em separado dos textos sobre a certeza e da filosofia da psicologia faz parecer tratar-se de tópicos desconectados da obra, encobrendo as conexões conceituais entre eles e, além disso, a história de ambos. A explicitação das conexões entre esses textos permite situá-los na obra de Wittgenstein em continuidade com as Investigações, fazendo ver que têm em comum o desenvolvimento de noções elaboradas no MS 119. Assim, os textos sobre a certeza e a filosofia da psicologia podem passar a ser compreendidos como tendo em comum a noção de certeza, desenvolvida no âmbito da concepção prática do significado, que tem sua origem em textos de 1937.

Palavras chaves: Wittgenstein; certeza; filosofia da psicologia.

Abstract: Written between 1945 and 1951, Wittgenstein's remarks on certainty and philosophy of psychology deal with a particular concept of certainty regarded as essential to the symbolic and non-symbolic practices and as a matter of attitude. Such a perspective plays a fundamental role in Wittgenstein's philosophy of psychology since the objectivity of psychological expressions depends on it. However, the separate editing of the remarks on certainty and philosophy of psychology suggests a divorce between these two subjects, at the same time as it hides the conceptual relationship between both remarks and its history. A close reading of these texts helps us to elucidate its place in Wittgenstein's work and also makes it easier to notice their continuity with Philosophical Investigations, which allows us to see the common elements present in the development of notions that came up with MS 119. It is possible to take the notion of certainty as a common element of the remarks on certainty and philosophy of psychology, which were developed within the framework of the practical conception of meaning and have its origin in Wittgenstein's remarks written in 1937.

Keywords: Wittgenstein; certainty; philosophy of psychology.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v25i1p31-52>

Para Claudio Leal, que, com certeza,
jamais planejou viver na Rússia

* Este texto é uma versão revista de um dos capítulos da minha tese de doutorado, "A filosofia da psicologia e a gramática da certeza em Wittgenstein", apresentada em 2014, na Universidade Federal da Bahia.

„Was der Leser auch kann, das überlaß dem Leser“
(Ludwig Wittgenstein, MS 137, p. 134b)¹

Em 1935, Wittgenstein tinha em mãos o *Brown Book*, que fizera Skinner e Ambrose anotar no ano letivo anterior numa tentativa de organizar o estado atual de seu pensamento. A composição do *Brown Book* é contemporânea ao interesse de Wittgenstein em abandonar a filosofia e passar a dedicar-se a algum trabalho manual na Rússia. O final da história desse interesse é bastante conhecido (cf. Monk, 1995, p. 313). Como tudo o que conseguira na Rússia foi um emprego como professor de filosofia, Wittgenstein desiste do plano de migração, embora tenha se sentido tentado a aceitar o cargo. Em agosto de 1936, Wittgenstein recolhe-se na Noruega com o plano de dar a forma de um livro aos seus pensamentos já anotados no *Brown Book*. Não durará muito até que esse plano se mostre impraticável, sendo iniciada a escrita do que viria a ser os 188 primeiros parágrafos das *Investigações Filosóficas*. Tendo posto fim, em definitivo, ao projeto de 1929, e iniciado a produção filosófica que se materializará de maneira mais bem acabada nas *Investigações*, Wittgenstein voltará à Noruega em 1937, quando inicia a escrita de um novo conjunto de textos e escreve as cerca de 300 páginas do manuscrito 119.

Quase uma década e muitas páginas do *Nachlass* de Wittgenstein separam o MS 119 e os textos sobre certeza e filosofia da psicologia escritos entre 1945 e 1951, quando a preocupação filosófica de Wittgenstein volta-se, em especial, aos temas das cores, da filosofia da psicologia e da certeza. Os textos que tratam dos dois últimos temas, filosofia da psicologia e certeza, como bem sabemos, foram cuidadosamente editados em separado. No primeiro caso, trata-se dos manuscritos 137 e 138, editados sob o título de *Letzte Schriften über Philosophie der Psychologie I*, e de boa parte dos manuscritos 169, 170, 171, 173, 174 e 176, editados nos *Letzte Schriften über Philosophie der Psychologie II*, além dos datiloscritos 229 e 232, editados, respectivamente, no primeiro e no segundo volumes das *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie*; no segundo caso, trata-se da edição parcial dos manuscritos 172, 174, 175, 176 e 177 em *Über Gewissheit*.² A edição desses textos suscita questões de diversas ordens. Dentre elas, as mais importante, sem dúvida,

1 “Ao leitor, o que ele próprio pode fazer”.

2 As seguintes indicações a respeito da data de escrita desses manuscritos são encontradas no catálogo de Von Wright: MS 169: “Probably first half of 1949”; MS 170: “Probably 1949”; MS 171: “1949 or 1950”; MS 172: “Probably 1950”; MS 173: “24 March - 12 April 1950”; MS 174: “1950”; MS 176: “1950; 10-21 March - 24 April 1951” (1969, p. 489-493). (As passagens dos *Manuskripte* (MS) e dos *Typoskripte* (TS) de Wittgenstein têm como referência o Wittgenstein *Nachlass*: The Bergen Electronic Edition. Nos casos em que (1) o trecho citado pertencer a texto editado na forma de livro e (2) o cotejo imediato do trecho for fundamental à compreensão, indicamos a respectiva referência do livro, poupando o leitor do trabalho que ele poderia fazer por si mesmo.

dizem respeito a em que medida as decisões editoriais poderiam refletir a forma de o próprio Wittgenstein conceber seus escritos e a maneira como teria pretendido organizá-los.³ A sintonia e o descompasso entre as decisões editoriais e as intenções de Wittgenstein têm, como é natural, efeitos importantes na compreensão da obra. Afinal, a maneira de contar a história da obra, nesse caso, tem um papel precípua na determinação do seu sentido. Assim, forma-se um círculo não exatamente virtuoso. Controvertida a história da obra, incompreendida o seu sentido, ao passo que, à medida que a obra resta incompreendida, fortalece-se a ideia de que a retomada de questões já enfrentadas sob uma nova perspectiva, o recurso a exemplos semelhantes e o retorno aos mesmos temas não passariam de idiossincrasias de seu autor (cf. Salles, 2009, p. 7). Os textos de Wittgenstein sobre a certeza são um claro testemunho da interferência de decisões editoriais na compreensão do sentido da obra. Fartamente documentada tanto nas passagens dos textos acolhidos pela edição de *Sobre a Certeza* quanto nas passagens que a edição deixou para trás, a noção de “certeza” é, em grande medida, um resultado da exploração das relações entre estados mentais, ações e expressões. Em virtude disso, esses textos partilham uma noção de “certeza” compreendida como uma questão de atitude. A reflexão sobre a certeza pode ser assim mais bem compreendida na medida em que se tem em conta seus laços com as considerações sobre a filosofia da psicologia. Na contramão dessa perspectiva, a edição dos textos que compõem o *Nachlass* cuidou de separá-las, como se certeza e filosofia da psicologia constituíssem tópicos cuja compreensão poderia prescindir dos movimentos de pensamento que os produziram. O resultado disso é bastante previsível. De maneira geral, os textos editados em *Sobre a Certeza* (*Über Gewissheit*) passam a ser compreendidos como uma coletânea da reação de Wittgenstein à luta contra o ceticismo, em que se envolveram Moore e Malcom. Essa compreensão é uma forte aliada da ideia de que uma tal coletânea reuniria uma única e coerente apresentação do tema da certeza, que teria sido topicamente separada pelo próprio Wittgenstein.⁴ Um breve confronto dos textos sobre a certeza com o *Nachlass*, esclarecendo suas conexões com outros textos e passagens de manuscritos que ficaram de fora da edição de *Sobre a Certeza*, é suficiente para fazer ver que as coisas não se passam bem assim. Em linhas gerais - e é, de mais a mais, isso que pretendemos mostrar - o sumário desse confronto resulta na constatação de que as

3 A esse respeito, os textos de Hintikka (1991) e de Stern (1996) ilustram o estado e a história das edições da obra de Wittgenstein e os seus efeitos, que comprometem a compreensão do sentido da reflexão filosófica de Wittgenstein. Uma análise exemplar das implicações teóricas da edição é feita por João Carlos Salles e por Kim van Gennip (respectivamente, 2006, pp. 183-185 e 2003).

4 Segundo os editores, depois de ter visitado Malcolm em Ithaca, Wittgenstein teria sido estimulado a interessar-se pela defesa do senso comum de Moore, de sorte que o *Da Certeza* “contém tudo o que ele escreveu sobre este tema desde aquele momento até a sua morte” (cf. Anscombe & Von Wright, 2012, pp. 98-100). Além disso, segundo os mesmos editores, Wittgenstein teria separado os textos que resultam do interesse estimulado por Malcolm como um tópico à parte.

questões tratadas nos manuscritos sobre a certeza desenvolvem ideias elaboradas por Wittgenstein no MS 119, escrito em 1937, e que passagens dos mesmos manuscritos editados em *Sobre a Certeza*, que foram publicadas em *Letzte Schriften über Philosophie der Psychologie*, a exemplo do MS 173, não apenas possuem laços com a reflexão sobre a certeza como também chegam a abordar muitas de suas questões fundamentais.

I.

Antes de seguirmos adiante, são necessárias algumas considerações que podem auxiliar o leitor na compreensão do nosso propósito. Um dos principais efeitos da edição dos textos de Wittgenstein é não deixar ao leitor o que ele pode fazer por si mesmo. O principal efeito colateral disso é negar aos textos de Wittgenstein a virtude de ensinar ao leitor como eles devem ser lidos. A omissão de variantes, a supressão de repetições ou de passagens inteiras, segundo critérios editoriais pouco claros ou controversos, não poderiam resultar senão em obstáculo à livre decisão sobre interpretações possíveis, que, usurpada do leitor, é detida pelos editores. Mais grave talvez do que tudo isso, as ideias e noções conceituais, elaboradas e exploradas sistematicamente por Wittgenstein, são retiradas do contexto em que foram desenvolvidas, passando à condição de ideias pelas quais o pensamento wittgensteiniano teria sido assaltado por força das circunstâncias. Desse modo, os textos passam a poder ser compreendidos contra o próprio espírito segundo o qual foram elaborados, pois, no mais das vezes, a leitura passa a desfrutar de ampla margem para ser determinada pelo interesse de encontrar em Wittgenstein críticas a teorias sobre a linguagem, a mente e a cultura, deixando de explorar, em vez disso, o desenvolvimento das ideias que a exegese tem como alvo (Stern, 1996, p. 444). Os textos sobre a certeza são uma quase perfeita ilustração dessa situação. Por um lado, quando exploradas as conexões com a obra de Wittgenstein, passam a ser entendidos, sob muitos aspectos, como o desenvolvimento de questões e temas que o MS 119 já enfrentara. No entanto, quando lidos como um tópico em separado, cuja leitura pode prescindir daquelas mesmas conexões com a obra, são facilmente concebidos como uma espécie de libelo contra o ceticismo, sendo, ao mesmo tempo, não mais do que uma crítica a Moore.

O saldo mais imediato da exploração das conexões entre os textos editados em *Sobre a Certeza* com as passagens dos manuscritos publicados em *Letzte Schriften über Philosophie der Psychologie* é não haver razões suficientes para sustentar a afirmação de que os textos reunidos sob o título de *Sobre a Certeza* compreendem um único e coerente tratamento do tema da certeza. Não é diferente disso o que parece decorrer do confronto daqueles mesmos textos com as considerações em que

consistem o MS 119, em especial aquelas publicadas sob o título de “Cause and Effect: Intuitives Awareness”. Com isso, inevitavelmente se conclui que a reflexão de Wittgenstein sobre a certeza não se restringe às passagens dos manuscritos editados. Mais importante do que isso, a partir sobretudo do cotejo de passagens do MS 119, pode-se igualmente concluir que a reflexão sobre a certeza não consiste, ou quando menos, não se detém numa reação circunstancial de Wittgenstein a textos alheios (Moore e Malcom), pois tem história na obra. Assim, na melhor das hipóteses, as circunstâncias o instaram a retomar questões com as quais já estivera ocupado, reiterar ideias já antes exploradas, desenvolvendo-as em novas direções. Não é o caso, nem se trata de nosso propósito, pretender que os textos não publicados em *Sobre a Certeza* conttenham uma espécie de chave interpretativa segundo a qual os textos publicados devem ser lidos. Tampouco é o caso de pretender encontrar nos textos editados em *Sobre a Certeza* a chave de leitura da filosofia da psicologia. Seja como for, e é bem esse o caso, lançar luz sobre os laços e conexões entre tais textos, lendo-os, desse modo, como partes de uma reflexão contínua, deve tornar mais claras as questões das quais eles se ocupam.

II.

A certeza é uma questão de atitude (Wittgenstein, 2000, MS 175, p. 70r - OC, § 404). A certeza plena não significa ser possível a posse da verdade absoluta, mas apenas uma condição fundamental ao exercício do conjunto de técnicas em que se resolve o uso da linguagem. A dinâmica dos jogos de linguagem tem a estabilidade da qual não pode prescindir dependente da certeza. Compreendida dessa maneira, Wittgenstein pode fazer a certeza escapar à determinação de elementos pertencentes ao domínio psicológico, fazendo-a remontar a formas de ação, que, como tais, só podem ser exteriores ao sujeito. A remissão às ações tem o sentido de situar a certeza da qual essas mesmas ações dependem no interior dos jogos de linguagem, o que quer dizer que a margem de manobra do discurso e do comportamento deve coincidir com os limites do próprio jogo, cujo fundamento é o agir (cf. Wittgenstein, 2000, MS 175, p. 4v-5r - OC § 204). Assim, por exemplo, certas ações são excluídas como não significativas por determinação das práticas constitutivas dos jogos, como é o caso do comportamento de dúvida em circunstâncias nas quais duvidar significaria um conflito com a segurança em que se baseia o jogo, que seria compreendido como testemunho da ausência de domínio da linguagem. A concepção de “certeza” em jogo aqui, portanto, tem como traço fundamental o relacionamento entre os conceitos e as ações, mesmo porque aquilo que sabemos com certeza manifesta-se na forma como agimos e falamos, mas também porque o domínio da linguagem deve refletir-se no que fazemos (Wittgenstein, 2000, MS 175, p. 67v - OC, § 395). Os lances no

interior dos jogos (juízos, ações, etc.) não têm senão uma forma de agir e de julgar como fundamento. Em outras palavras, é como se Wittgenstein estivesse a dizer que juízos e ações se sustentam em razão de sua própria dinâmica de funcionamento.

Essa noção de “certeza” é tramada em relação direta com a concepção de “prática” presente em *Sobre a Certeza*. As práticas judicativas e as ações não simbólicas não passam, elas próprias, de uma instituição prática, não podendo as razões que as sustentam estarem situadas além ou aquém do âmbito da sua própria instituição. Um tal modo de entender a segurança fundamental às práticas é amplamente desenvolvido nos manuscritos parcialmente editados em *Sobre a Certeza*, bem como se vincula à ideia de que a base dos jogos de linguagem não pode admitir a possibilidade da dúvida, na mesma medida em que não compreende uma qualquer modalidade de saber. Nesse ponto, a questão passa a ser a respeito dos determinantes da exclusão lógica da dúvida. E tudo se passa como se já se tratasse de um ponto pacífico que (1) a segurança plena é uma questão de forma de agir e (2) os elementos constitutivos de uma tal forma não poderiam estar expostos ao ato de duvidar à maneira como as questões não fundamentais estariam. Afinal de contas, sequer chamaríamos de dúvida “uma dúvida que consistisse em duvidar de tudo” (Wittgenstein, 2000, MS 176, p. 29r). Nem por isso deixa de ser uma questão, para Wittgenstein, o que determina a exclusão lógica de uma dúvida como não significativa. Diferentemente de uma exclusão cuja natureza não fosse lógica, a exclusão lógica significa o fato de as regras de sentido, que refletem os limites do campo de possibilidades, em que se traduzem os jogos de linguagem, teriam a virtude de excluir uma dúvida sobre questões fundamentais, decretando a sua impossibilidade pela via da declaração de sua ininteligibilidade. No entanto, não há uma tal regra, e nem por isso o ato de duvidar que tenha como alvo os condicionantes lógicos da ação passa a desfrutar do direito de cidadania lógica. O ato de duvidar que visa aquilo sobre o que os jogos de linguagem se apoiam, em última análise, desintegraria a confiança no significado das palavras, sem a qual a própria dúvida não poderia ser elaborada. Ou seja, impossível porque ininteligível. E se ininteligível, é que uma tal dúvida seria um testemunho inequívoco de incompreensão da linguagem, de cuja compreensão depende a formulação da própria dúvida. Na verdade, a dificuldade de não haver uma regra com a virtude de discernir claramente os limites lógicos da dúvida é inerente à concepção de certeza como instituída em meio às práticas, tendo como horizonte a ideia de que o modo de agir comum a todos os homens é o sistema de referência que orienta as ações e os juízos humanos. Na falta, portanto, de regras precisas, as práticas que refletem o sistema de referência determinam os limites lógicos da dúvida, os quais, nesse caso, coincidem com os limites da compreensão e da razoabilidade.⁵

5 “Não apenas regras, mas exemplos são necessários para estabelecer uma prática. Nossas regras

A ausência de uma regra capaz de abolir à maneira de uma majestade o ato de duvidar contra as condições mínimas de funcionamento dos jogos de linguagem é menos uma dificuldade a ser enfrentada pelo pensamento de Wittgenstein do que um sinal da maneira como sua obra compreende a necessidade lógica e a certeza. A relação recíproca entre as práticas e as regras que as governam tem como consequência imediata a impossibilidade de a regulação estabelecer-se inteiramente à revelia das práticas, além de significar que, por isso mesmo, elas devem refletir os eventuais rearranjos por que passam as práticas. Dentre outras coisas, isso quer dizer que os conceitos não estão imunes à contingência que marca as práticas judicativas nas quais eles são empregados. Por essa perspectiva, não é exatamente que as regras determinem as ações e o julgar, mas as ações e o julgar é que as determinam. Ou melhor, a força de determinação das regras passa a ser legítima somente à medida que for instituída pelo seu campo prático de atuação. É como se a virtude de regular as práticas, desenhando os seus limites, fosse conferida pelas próprias práticas ou, como diz Bouveresse, não se trata de as ações, o entendimento e os juízos serem determinados pelas regras, é a nossa forma habitual de agir, entender e julgar que determina o significado das regras, o que quer dizer que o sentido da regra é determinado pela maneira como regularmente agimos, a ponto de não ser possível que a regra determine cegamente o sentido das ações futuras (Bouveresse, 1971, p. 239-241). Os pontos de referência dos jogos de linguagem são fixados pelos elementos orientados por eles, como se os alicerces pudessem ser sustentados pelo conjunto da casa (Wittgenstein, 2000, MS 175 - OC, §§ 247-8). Essa forma de compreender a relação entre as práticas judicativas e as regras é um dos reflexos da ideia que os jogos de linguagem baseiam-se numa forma de agir. É exatamente essa ideia, cujo ineditismo é atestado por parte significativa da literatura sobre o tema da certeza, que será exaustivamente explorada nos textos editados em *Sobre a Certeza*, mas não é outra a ideia também apresentada por Wittgenstein, tempos antes, no MS 119. Também aqui, desde setembro de 1937, a essência dos jogos de linguagem é uma forma de ação (Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 78v).

No MS 119, Wittgenstein situa a origem da linguagem em modos de ação despidos de qualquer espécie de raciocínio, pelo menos, em seu ponto de partida (cf. Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 74v-75r). Formas de ação regulares definem, desse modo, a margem de manobra das múltiplas funções exercidas pela linguagem. A noção de “certeza” desenvolvida ao longo dos textos tardios de Wittgenstein, sobretudo aqueles editados em *Sobre a Certeza*, passa a ter lugar a partir da exploração dessa perspectiva. A concepção de “linguagem” aliada a essa maneira de compreender o exercício das razões lógicas nas quais se apoiam as práticas simbólicas é aquela segundo a qual a linguagem consistiria num refinamento desenvolvido a

deixam brechas & a prática tem que falar por si mesma” (Wittgenstein, 2000, MS 174, p. 30r-30v).

partir de formas de ação. Não se trata, porém, tão simplesmente de considerar as práticas judicativas como constituídas por dois níveis lógicos: de um lado, uma forma primitiva de ação; de outro, uma forma mais sofisticada. Tampouco se trata de ter compreendido as formas de ação como se elas materializassem a origem histórica da linguagem, muito menos de negar que as coisas se passem assim. Que materializem, simplesmente não interessa à filosofia. O desenvolvimento histórico da linguagem poderia ser de interesse de uma ciência, como a antropologia, por exemplo, mas isso não se confunde com os mecanismos lógicos dos quais dependem as práticas judicativas. Nesse sentido, que a linguagem seja um desenvolvimento de formas de ação mais simples significa que as práticas judicativas e as ações refletem formas elementares com as quais mantêm uma relação interna e sem as quais nem umas nem outras seriam possíveis (Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 147). O acordo sobre essas formas elementares é fundamental à compreensão linguística. Os jogos de linguagem estão baseados, portanto, numa modalidade de acordo que pode prescindir de toda e qualquer reflexão exatamente em virtude de consistir em formas de ação. Não se trata, em todo caso, de um acordo de opiniões. A reflexão é forte aliada da dúvida cuja presença deve ser excluída da forma fundamental do jogo por uma exigência lógica. Assim, ao sublinhar ser característico de nossa linguagem que o seu fundamento consista em formas de ação, modos de ação regulares, Wittgenstein está em condições de caracterizar a forma fundamental do jogo como uma em que agimos e definir a forma primitiva da linguagem como sendo a certeza (cf. Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 74v-78r). A certeza é a forma primitiva da linguagem, por isso as condições elementares das práticas judicativas não podem ser compreendidas como uma espécie de conhecimento, e tampouco podem ser atravessadas pelo raciocínio. As razões da destituição do caráter de conhecimento das condições elementares das práticas são as mesmas que conduzem o pensamento de Wittgenstein à exclusão da dúvida da forma de ação em que os jogos de linguagem são baseados.

III.

Mais do que se tratar da aplicação da mesma noção de “certeza” a contextos distintos (ora ao domínio do mundo exterior, ora ao mundo interior), o que certeza e filosofia da psicologia têm em comum relaciona-se com o fato de os conceitos psíquicos serem o mais radical desafio à maneira de conceber a linguagem a que se associa tal noção de “certeza”. Em especial, a manifestação de estados psíquicos é um desafio à noção de “certeza” por vincular-se ao ato de duvidar, como se sempre deixasse margem à suspeita a respeito de sua autenticidade. A resposta de Wittgenstein a esse desafio em *Sobre a Certeza* é, quando menos, familiar à maneira como enfrentara

a questão no MS 119 e assume uma forma bastante simples: *So ist das Spiel*.⁶ A remissão à forma de jogar o jogo e, por conseguinte, ao que ele tem de essencial, não pode ser entendida, conforme essa perspectiva, como a mesma resposta para uma outra pergunta, mas como a reiteração da resposta à mesma pergunta. Agora, revigorada pelo desafio que a expressão do pensamento e a manifestação de estados psicológicos representam. Por essa razão, diante da estipulação da possibilidade do fingimento, a resposta de Wittgenstein se localiza no mesmo registro da primeira: “mas em absoluto ele não pode estar fingindo se o que ele faz não for *fingimento* no jogo”.

Por outro lado, afirmar que o jogo de linguagem resolve-se unicamente numa forma de agir consiste em abolir a possibilidade do erro em relação às questões fundamentais que refletem formas de agir, pois o erro, pelo menos nesse caso, significaria a quebra do acordo que sustenta as práticas judicativas, mesmo porque compreender o jogo assim implica afirmar que a fim de errar já é necessário julgar de acordo com a humanidade (Wittgenstein, 2000, MS 174, p. 34r - OC, § 156).⁷ Não é por outra razão que um jogo de linguagem simples não poderia incluir a possibilidade da dúvida, como dirá Wittgenstein, no MS 119, a partir de um exemplo cujo paralelo encontra-se em *Sobre a Certeza*.⁸ Não nos ocorre, diz ele, ao dizermos “Sente-se nesta cadeira”, que estejamos errados e que talvez não se trate de fato de uma cadeira. Ou seja, “que a experiência posterior pode nos mostrar que se trata de outra coisa que não seja uma cadeira” (Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 102) Uma tal dúvida não seria concebível, pois a possibilidade do erro, nesse caso, não é um lance possível no jogo. Em perfeita sintonia, em *Sobre a Certeza*, Wittgenstein considera não haver razão para não nos perguntarmos se temos dois pés quando queremos nos levantar de uma cadeira. É tão simplesmente assim que agimos. Não nos perguntamos se temos dois pés ao nos levantarmos de uma cadeira, se há uma cadeira mesmo ali quando ouvimos a ordem “sente-se naquela cadeira”, se há, de fato, uma porta ali, quando alguém profere “feche a porta, por favor”, pois simplesmente não fazemos isso (Wittgenstein, 2000, MS 174, p. 32r-32v - OC, §§ 148-9).

A pergunta sobre a existência de objetos só poder ser posterior ao desenvolvimento da capacidade de falar sobre objetos. Não ensinamos a crianças que há cadeiras ou que portas existem, mas as ensinamos a sentar-se em cadeiras, a abrir e a fechar portas. O aprendizado, no que tem de essencial, consiste na assimilação de formas de ação. Usos simbólicos integram o conjunto dessas formas de ação, mas

6 A título de ilustração, cf. Wittgenstein, 2000, MS 172, p. 2 - OC, § 7; MS 174, p. 27r - OC §§ 121-3; MS 175, p. 48v - OC, § 344; MS 176, p. 60v-60r - OC §§ 558-558.

7 A preocupação a respeito da distinção entre um erro possível e um erro inconcebível logicamente está presente em todos os manuscritos editados em *Sobre a Certeza*. Por exemplo: MS 172, p. 5-6, p. 9-10, p. 15, p. 17; MS 174, p. 15v-17r; p. 34r; MS 175, 75v-76r, 78-9; MS 176, p. 81; MS 177, p. 1r-4v.

8 Cf. Wittgenstein, 2000, MS 174, p. 32r-32v - OC, §§ 148-9; MS 174, p. 37r-37v - OC, §§ 173-174.

não sem que estejam submetidos a formas de ação não simbólicas. Nesse sentido, a dúvida como expressão de hesitação não pode ser senão exceção à regra, uma vez que é fundamental aos jogos de linguagem uma forma de agir de acordo com o horizonte normativo que os governa (Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 103). Não seria concebível, em sendo assim, que o aprendizado do uso de expressões que incluem a palavra “cadeira” tivesse como ponto de partida a expressão “Isto se parece com uma cadeira, mas é realmente uma cadeira?”. Afinal, a expressão adequada da base do jogo é “Há uma cadeira aqui”, e não “Eu penso que há uma cadeira aqui”; a base do jogo não é a reflexão, a opinião ou o raciocínio, mas a ação. Nessa medida, os textos sobre conceitos psicológicos e o MS 119 têm em comum a afirmação do primado das práticas na constituição das condições lógicas da significação. Além disso, partilham também a concepção de aprendizado e a ideia de anterioridade lógica da certeza em relação à dúvida que tal afirmação implica, tão essencial aos textos que tratam da certeza.

A ideia de que os jogos de linguagem não incluiriam a possibilidade de dúvida em sua forma básica, fazendo o significado depender das práticas de elaboração de juízos, afasta a objeção de que não é possível ter certeza em jogos de linguagem que envolvem manifestações psicológicas. Nessa modalidade de jogo, o ato de duvidar seria compreendido como um componente elementar, sobretudo em razão de *dever* ser possível duvidar do que se afirma saber. Como consequência disso, uma espécie de conhecimento seria supostamente constitutiva da forma básica do jogo. As expressões psicológicas constituem o principal signo da dificuldade a ser enfrentada pela noção de “certeza” como componente elementar dos jogos de linguagem, sobretudo por alimentar a ideia de que a significação seria determinada por correlatos mentais das expressões linguísticas, sendo eles ocultos e, por definição, inacessíveis a uma terceira pessoa. Por essa razão, a principal objeção à perspectiva segundo a qual a dúvida não tem lugar nos jogos de linguagem primitivos é a de que não seria possível saber com certeza a respeito da dor alheia. Assim, ao situar o significado como resultante das práticas linguísticas, Wittgenstein pode subordinar a significação dos estados mentais à gramática segundo a qual esses mesmos estados podem ser ditos, forjando, com isso, as condições que possibilitam que estados mentais possam interessar a uma investigação lógica (Wittgenstein, 2000, MS 119, 133). “Não podemos saber se alguém está com dor? - Oh, sim, não *podemos*, nós *sabemos* isto!” (Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 109-110). Porém, não se trata - reitera Wittgenstein - de um conhecimento intuitivo [*intuitives Wissen*] da dor, nem tampouco disso resultaria a afirmação de uma capacidade natural.

A compreensão de que jogos de linguagem são baseados em formas regulares de ação permite estabelecer uma linha de corte das razões capazes de justificar os juízos: “a completa justificação de um juízo não deve estender a cadeia de razões

ad infinitum” (Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 112). Por outro lado, essa concepção aplicada aos conceitos psíquicos é exatamente o que parece permitir que a análise desses conceitos possa reivindicar a justo título o caráter de lógica. O interesse de uma investigação lógica por estados mentais depende do estabelecimento do paralelo entre os estados mentais e uma forma de agir cujos critérios de correção são objetivos. Com efeito, a inteligibilidade das manifestações anímicas depende da associação dos estados mentais às nossas práticas comuns, o que quer dizer, dentre outras coisas, que os movimentos das práticas desenham as condições de possibilidade da compreensão linguística. Ao que nos parece, esse é o principal efeito dos laços entre a reflexão sobre a certeza e as considerações sobre filosofia da psicologia. Por meio da noção de “certeza” como uma questão prática, dissipa-se a obscuridade que encerra a significação de atos anímicos como tributária da separação entre interno e externo. Tal separação tem como marca o hiato entre vivência interna e expressão, como se houvesse uma forma de expressão anterior à manifestação regida por critérios objetivos. E é exatamente essa separação ou o que ela pode significar que Wittgenstein pretende combater ao formular a ideia de que a dúvida não tem lugar nos jogos básicos, a partir do exemplo de uma expressão de dor sobre cuja verdade não estaríamos em condições de nos certificar. O parentesco entre esses textos, a ponto de partilharem noções centrais, exemplos e mesmo estratégias argumentativas, deve, com efeito, encontrar na noção de “certeza” o seu ponto de amarração.

O esclarecimento dos laços entre certeza e filosofia da psicologia, por essa perspectiva, permite compreender o sentido do caráter antipsicologista que marca a concepção de “necessidade” presente nesses mesmos textos. Uma das marcas mais características dessa noção de “necessidade” é a ideia de que ela não se institui a não ser em interação com os próprios casos que seu campo de determinação deve abarcar. Assim, o principal desafio dessa perspectiva consiste em fazer a necessidade, instituída em interação com elementos empíricos ou psicológicos, autônoma em relação a esses mesmos elementos. O caráter antipsicologista, tanto da reflexão sobre a certeza como das observações sobre a gramática dos conceitos psíquicos, realiza-se de duas maneiras distintas e complementares: por um lado, está em jogo a recusa que as regras lógicas do sentido sejam concebidas como generalizações empíricas; por outro, a recusa que as regras lógicas do sentido sejam determinadas por constituintes psíquicos. Está em questão, num e noutro caso, a autonomia das regras lógicas em relação a elementos exteriores à gramática.

IV.

O principal desafio da narrativa da necessidade feita a partir da descrição

da gramática do uso dos conceitos é tornar possível afirmar sobre a lógica que ela não tem contas a prestar à realidade, sem deixar de lado a afirmação de que toda necessidade é uma necessidade instituída em interação com elementos mundanos e, portanto, exteriores à gramática. A crítica feita a Moore é uma peça argumentativa dessa narrativa. Do ponto de vista de Wittgenstein, a defesa do senso comum de Moore concede demais ao psicologismo, pois resulta na determinação de diferentes níveis de certeza cuja distinção é traçada tendo em vista estados mentais correlatos. A consequência capital dessa concessão é a ênfase no caráter subjetivo da certeza, tornando-a dependente do conhecimento. Com isso, compreende-se o conhecimento como condicional à certeza, o que quer dizer a impossibilidade de alcançar a certeza em contextos nos quais não tem sentido falar em conhecimento.⁹ A certeza então passa a ser tramada na dependência de aspectos subjetivos. Contra essa concepção de “certeza”, Wittgenstein mobiliza a distinção entre a afirmação de saber na primeira pessoa do singular e a constatação objetiva do que se diz saber, caracterizando a última como aquela à qual se pode legitimamente atribuir a impossibilidade lógica do erro (Wittgenstein, 2000, MS 172, p. 4-5 - OC, §§ 13-15). A distinção não resulta de eventuais estados mentais correlatos e sequer tem de necessariamente remontar a diferenças psicológicas, até mesmo porque o estado mental correlato à afirmação de um saber que se mostra objetivamente incontestado poderia muito bem coincidir com o estado mental correlato de uma falsa crença (Wittgenstein, 2000, MS 172, p. 14-15 - OC, § 42). As considerações de Wittgenstein a respeito da objetividade das afirmações de saber na primeira pessoa do singular, no MS 172, reconhecem haver uma diferença fundamental entre certeza e conhecimento, compreendendo-a como não mais do que uma distinção lógica, o que quer dizer, antes de mais nada, que não se trata de diferenças decorrentes de estados mentais. Desse modo, o saber inclui logicamente a verdade do que é conhecido, porém a afirmação de saber envolve a possibilidade do erro, de sorte que a declaração “Eu sei” não pode significar garantia de conhecimento (cf. Wittgenstein, 2000, MS 172, p. 4-6). Com isso, evita-se que a certeza ganhe contornos mentais, estabelecendo-se tão somente como uma instituição lógica das práticas.

Os manuscritos 169, 170, 171 e 174 estão repletos de exemplos e argumentos que significam uma estreita sintonia com os textos editados em *Sobre a Certeza*. O caso do indivíduo que finge sentir dor, explorado por Wittgenstein em diversas direções, é um dos principais exemplos. A maneira de enfrentar as questões que resultam desse caso ilustra muito bem as vantagens da aplicação da noção de “certeza” ao contexto

⁹ Essa concepção de certeza é apresentada por Moore (1959) em todas as suas nuances em “Certainty” ou, pelo menos, parece ser muito mais contra esse texto do que contra qualquer outro de Moore que Wittgenstein escreve. Isto porque, especialmente em “Certainty”, Moore analisa a relação entre crença e conhecimento, tematizando questões das quais algumas das considerações de Wittgenstein sobre a certeza devem se ocupar.

da investigação dos conceitos psicológicos. Além disso, é um modelo da forma de compreensão adotada por Wittgenstein sobre a constituição do sentido da linguagem. Novamente, o caso do fingimento configura uma situação em que parece não ser possível se decidir objetivamente acerca das manifestações psíquicas, a ponto de o significado delas passar a ser inteiramente determinado pelo pertencimento a um sujeito. Os exemplos de Wittgenstein que exploram o caso do fingimento, naqueles manuscritos, têm em comum a afirmação do privilégio do sujeito dos estados psíquicos como obstáculo à apresentação de critérios capazes de tornar possível a discriminação do domínio de expressividade desses estados. À medida da exploração dos exemplos que se valem da possibilidade da simulação, o privilégio do sujeito dos estados psíquicos dá lugar à prevalência de critérios objetivos compreendidos como reflexos de formas de ação e do modo de uso das expressões. Com isso, o caso do fingimento passa a ser muito mais a ilustração da concepção wittgensteiniana do significado do que propriamente um desafio a tal concepção. Seja como for, não deixa de representar um caso limite. Enquanto ilustração exemplar da concepção de significado, é um índice privilegiado dos pontos de contato entre os temas da certeza e da filosofia da psicologia. No MS 169, por exemplo, Wittgenstein relaciona a segurança característica das operações matemáticas com a objetividade da certeza relativa a expressões como “Esse homem sente dor”, explorando a oposição entre certeza objetiva e certeza subjetiva (Wittgenstein, 2000, MS 169, p. 35r-35v).¹⁰ Diferentemente dos juízos da matemática, a certeza concernida por essa espécie de expressão psicológica deve enfrentar a possibilidade de simulação.¹¹ A dificuldade é, então, compreender a aparente ausência de critérios para discernir situações que não envolvem simulação daquelas que a envolveriam, pois disso depende a correção de juízos sobre manifestações psicológicas ou mesmo a possibilidade de expressões sobre manifestações psicológicas alheias constituírem juízos. Aos olhos de Wittgenstein, a ausência de critérios assemelha-se à situação de um jogo que não contasse com um conjunto de regras determinadas ao qual as ações dos jogadores estivessem submetidas. A esse propósito, a ideia a ser explorada no MS 174, novamente tendo a certeza matemática como ilustração da certeza objetiva [*Objektive Sicherheit*],

10 “Certeza subjetiva & objetiva.

Por que eu quero dizer que “ $2 \times 2 = 4$ ” é objetivamente certa e que “Esta pessoa sente dor” é apenas subjetivamente certa?

É possível surgir uma disputa a respeito do resultado correto de um cálculo. Mas uma disputa assim é rara e imediatamente resolvida || fácil de resolver || Pode irromper uma disputa a respeito || surgir || vir a acontecer uma disputa a respeito do resultado correto de um cálculo, como uma longa || uma soma mais longa. Mas uma disputa assim é rara & (nesse caso) || &, quando surge, é imediatamente desfeita.

É um fato que para o propósito || é essencial à função da matemática”.

11 Referindo-se ao caráter objetivo da certeza matemática por oposição ao que pode muito bem se passar com a certeza sobre o mundo exterior, dirá Wittgenstein, no MS 169: “Não há um tal acordo na questão sobre se uma manifestação de sentimento é fingida ou não. Por que não? - O que você quer saber?” (2000, p. 36r).

consiste em concluir que não seria possível discriminar vencedor de perdedor num jogo assim (Wittgenstein, 2000, MS 174, p. 9r-9v).¹² Trata-se, nesse caso, da certeza a respeito da manifestação de sentimento alheia e da margem de indeterminação típica do jogo, que não se confunde nem poderia se confundir com a incerteza ou a dúvida. A margem de indeterminação não me impediria, por exemplo, de estar convencido de que meu amigo se alegra por me ver. O contrário disso caracterizaria um jogo cujas regras fossem indeterminadas, no qual, por essa mesma razão, não seria possível distinguir quem ganhou de quem perdeu.

A simulação representa um desafio sobretudo por favorecer a confusão do interior com o oculto ou inobservável, como se o uso de expressões psicológicas sempre deixasse para trás resíduos que a linguagem não lograria captar. O modo wittgensteiniano de enfrentar um tal desafio revela um traço comum entre os textos sobre a certeza e a filosofia da psicologia: o primado da ação na instituição do sentido lógico. De acordo com a perspectiva comum a esses textos, não passaria de uma ilusão imaginar um cenário mental organizado por regras próprias, como se mesmo os nossos sentimentos pudessem independender completamente da gramática segundo a qual articulamos a sua expressão. A manifestação de um estado psíquico é muito mais uma manifestação estruturada num determinado jogo de linguagem que a torna possível do que propriamente um dado subjetivo. Aliás, mais do que isso, o reconhecimento da manifestação como algo subjetivo é feito na dependência da estrutura que possibilita seu julgamento segundo critérios objetivos. Não nos parece ser por outra razão que Wittgenstein responderá ao desafio posto pela possibilidade de simulação de dor observando que mesmo aquilo que aparentemente não é observável “tem significado apenas no curso da vida” (Wittgenstein, 2000, MS 169, p. 47r-47v).¹³ Assim, o fingidor não pode estar a fingir caso o seu comportamento não seja o que consideraríamos uma expressão de fingimento, segundo critérios gramaticais, pouco importando se ele finge ser dor a dor que deveras sente ou não. O primado das práticas, comum aos textos sobre certeza e filosofia da psicologia e

12 Uma variação desse exemplo é empregada no MS 119 (2000, p. 115-116). Em ambos os casos, Wittgenstein pretende fazer ver o quanto a regularidade é essencial ao funcionamento dos jogos de linguagem. Pretensão partilhada também por *Sobre a Certeza* e que tem a ver, também na investigação sobre a filosofia da psicologia, com a ideia de que a dúvida não seria um elemento necessário ao funcionamento dos jogos de linguagem (Wittgenstein, 2000, MS 175, p. 59R - OC, § 370): “Mas de maneira mais correta: que eu empregue a palavra ‘mão’ & todas as demais palavras da minha proposição sem hesitação, bem como ficaria a ver navios se quisesse tentar duvidar disso, mostra que a ausência de dúvida é ínsita ao jogo de linguagem, que a pergunta “Como eu sei ...” suspende ou abole o jogo de linguagem”.

13 “Por que você não pode estar certo de que alguém não está fingindo? - ‘Porque não se pode olhar para o seu interior’ - Mas se você pudesse, o que veria lá? - ‘Seus pensamentos secretos’. - Mas e se ele só os expressasse em chinês; para onde você teria que olhar então? - ‘Mas eu não posso estar certo de que ele os expressou de acordo com a verdade’. - Mas para onde você teria que olhar para descobrir se a expressão dele está de acordo com a verdade? Também aquilo que se passa no interior tem significado somente no fluxo da vida” (Wittgenstein, 2000, MS 169, p. 47r-47v).

reiterado insistentemente por Wittgenstein, tem como consequência capital conferir à ação o papel de princípio organizador da trama conceitual por que se constitui a experiência, como também sua expressão.

A mais fundamental conexão conceitual entre os textos sobre a certeza, a filosofia da psicologia e o MS 119 consiste em compreender os jogos de linguagem como baseados em reações primitivas. Por essa perspectiva, os atos de pensamento seriam um desenvolvimento daquelas reações primitivas, protótipos da forma de pensar [*Prototyp einer Denkweise*] (Wittgenstein, 2000, TS 229, § 1582 - RPP I, § 916).¹⁴ Em grande medida, esses textos compreendem a exploração ou o desenvolvimento dessa concepção de “jogo de linguagem”, como testemunham muitas de suas passagens. No MS 119, por exemplo, Wittgenstein afirma que “a essência do jogo de linguagem é um método prático” e também que a “forma básica dos jogos é uma em que agimos” (Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 78v, p. 101); no MS 169, afirma a anterioridade da atitude em relação à opinião (Wittgenstein, 2000, MS 169, p. 60v-61r); no MS 171, assinala o quanto nossos conceitos e juízos estariam estabelecidos em conexão com o conjunto de nossas ações (Wittgenstein, 2000, MS 171, p. 4); no MS 174, apela para as consequências práticas, a fim de decidir a respeito da aparente incerteza característica do uso de expressões psicológicas (Wittgenstein, 2000, MS 174, p. 2v).

Essas passagens, cada uma à sua maneira, possuem um laço *teórico* inequívoco com os textos editados em *Sobre a Certeza*, bem como tal laço pode ser, em todos os casos, remetido à concepção de linguagem apresentada no MS 119, da qual a investigação sobre a certeza pode muito bem ser entendida como a mais radical exploração: “A linguagem - eu pretendo dizer - é um refinamento” (Wittgenstein, 2000, MS 119, p. 147).¹⁵ Além disso, os textos, cuja edição não teve lugar no *Sobre a Certeza*, abordam questões fundamentais ao tema da certeza, como é o caso dos manuscritos 169 e 170, que tecem considerações sobre os truísmos de Moore, explorando a ideia de limite lógico da dúvida; do manuscrito 174, que se ocupa da análise da distinção entre saber e estar certo; ou ainda do MS 171, no qual Wittgenstein, ao explorar também a distinção entre saber e estar certo, pensa os limites razoáveis da dúvida.¹⁶

V.

A gramática dos conceitos psicológicos de Wittgenstein é um terreno propício

14 “Mas o que a palavra ‘primitiva’ quer dizer aqui? Por certo, que a forma do comportamento é pré-linguística: que um jogo de linguagem nela se baseia, que ela é o protótipo de uma forma de pensar, e não o resultado do pensamento”.

15 “A origem & e a forma primitiva do jogo de linguagem são uma reação; a partir disso formas complicadas podem desenvolver-se. A linguagem - quero dizer - é um refinamento. ‘No princípio era a ação’”.

16 Wittgenstein, 2000, MS 169, 71r-81r; MS 170, p. 1r-3v; MS 171, p. 6-9.

à exploração das relações entre os condicionantes lógicos da linguagem e o comportamento. Ora, a noção de “certeza” elaborada por Wittgenstein nesses textos é uma marca característica da ideia de que não há limites formais entre as regras de sentido e o conjunto de ações constituinte dos jogos de linguagem. Outro ponto central da crítica que a investigação sobre a certeza está apta a fazer à maneira de Moore conceber seus truísmos é a ideia de que eles têm um sentido indeterminado. O sentido de uma sentença resta indeterminado na medida em que seu emprego consiste em abstraí-la do contexto de determinação do sentido, que resulta das relações entre as regras que governam os jogos de linguagem e as diversas atividades que eles compreendem. É exatamente essa perspectiva que ganha forma na consideração de Wittgenstein de que Moore não leva em conta que as palavras só têm sentido no curso da vida. No entanto, essa ideia marca a noção de “certeza” elaborada por Wittgenstein, mas não é uma particularidade dos textos editados em *Sobre a Certeza*. Tanto as coisas se passam assim que, no MS 169, quando da consideração segundo a qual de uma proposição prática não pode se seguir uma filosófica, é exatamente a essa ideia que Wittgenstein recorre para caracterizar a indeterminação do sentido dos truísmos de Moore.¹⁷ É no contexto das implicações dessa perspectiva, no MS 169, que Wittgenstein passa a analisar a certeza concernente às manifestações psíquicas a contrapelo da certeza relativa ao mundo exterior.

A certeza reflete formas de ação em que se baseiam tanto manifestações psíquicas quanto enunciados sobre o mundo exterior. Por essa razão, possibilita a afirmação de que a evidência sobre o interior não é apenas provável, mesmo porque nada nos falta no jogo a propósito de discriminar situações em que a evidência é aplicável daquelas nas quais ela simplesmente não poderia ser aplicada. É verdade também que se trata de compreender as razões que tornam possível uma tal discriminação injustificada, mas realizável por ser reflexo de uma forma de agir. A certeza não é a manifestação visível e acidental da qual o pensamento, enquanto uma realidade etérea, seria o legítimo correspondente, sendo, por isso mesmo, decisiva na instituição do sentido das práticas envolvidas na produção de expressões, manifestação de sentimentos, ações e reações. Antes de mais nada, a certeza que se reflete no conjunto de ações e juízos constituintes da linguagem é um ponto fundamental de articulação das regras que governam práticas simbólicas e não simbólicas, tão determinadas quanto as próprias práticas que se encontram sob seu governo. Um dos principais efeitos da perspectiva que acompanha essa noção de “certeza” é que pensar deixa de coincidir simplesmente com a operação simbólica de acordo com um conjunto determinado de regras logicamente necessárias, precisa e previamente definidas. Numa palavra, a aplicação dessa noção de “certeza” permite compreender que a linguagem não teria a sua possibilidade determinada pelo acordo

17 Wittgenstein, 2000, MS 169, p. 72r; Cf. Wittgenstein, 2000, MS 175, p. 60r - OC, § 372.

essencial entre pensamento e mundo, que se deixa pensar proposicionalmente, porque o campo do sentido não poderia ser reduzido ao modelo dos enunciados declarativos, cuja virtude é a de representar fatos mundanos. Afinal, passa a ser possível a determinação objetiva de todo um domínio de expressões que essa concepção, contra a qual a noção de “certeza” parece militar, exclui do domínio do sentido.

A margem de manobra das práticas é, em certa medida, tão fluida quanto as regras de cujo exercício depende a sua delimitação. Tudo nos leva a crer que a noção de “certeza” vem em socorro do impasse provocado pelo jogo de forças entre o grau de deformação ao qual podemos submeter nossos conceitos, tendo em vista o seu caráter elástico e flexível, e o caráter determinado do sentido desses mesmos conceitos. A certeza, com efeito, é fonte da objetividade da qual a linguagem depende. A principal virtude dessa noção de “certeza”, desse modo, no caso da filosofia da psicologia, é tornar possível a objetividade essencial ao significado das palavras e conceitos para o interior, sem o vício de apagar o quanto o uso dessas mesmas palavras e conceitos tem de subjetivo. Em suma, não se trata de negar haver um paralelo entre as palavras e os atos de um sujeito, tampouco negar que haja uma coordenação entre os seus estados de consciência, suas palavras e ações (Wittgenstein, 2000, MS 169, p. 14v). Trata-se de fazer tudo isso se reportar a uma base na realidade objetiva a partir da qual se torna possível discriminar as situações em que uma determinada manifestação de sentimento, por exemplo, pode ser alvo de desconfiança daquelas situações em que a mesma manifestação não deixa margem para qualquer suspeita. Com isso, Wittgenstein mostra ser perfeitamente possível a certeza objetiva a respeito das expressões sobre o que se passa na alma alheia, a despeito de não ser possível observar o que se passa nela. A certeza, afinal, reflete a capacidade de reconhecimento do que as expressões significam. Assim, sem que sejam suprimidos, os aspectos subjetivos são delimitados pelas regras lógicas do sentido, cuja atuação tem como principal sinal a presença daquela certeza. Não é por outra razão que a certeza e questões típicas da filosofia da psicologia são tratadas sem qualquer descontinuidade no MS 119.

Por essa perspectiva, o que há de essencial nos laços entre os textos sobre a certeza e as considerações sobre a filosofia da psicologia consiste num acerto de contas entre o caráter subjetivo daquilo que pertence ao domínio da consciência e a certeza objetiva que acompanha a sua expressão significativa. Os conceitos e expressões psicológicas podem passar a desfrutar de significado pelas mesmas razões lógicas que as expressões e conceitos sobre o mundo exterior estariam aptos a significar. Com efeito, a análise da gramática dos conceitos psíquicos, bem como a exploração da noção de “certeza” que ela envolve, compreende uma considerável ampliação do campo do sentido, que resulta da inclusão de expressões psicológicas.

A bem da verdade, por um lado, os conceitos psíquicos representam um desafio à noção de “certeza”, na medida em que são uma ameaça à ideia de que o sentido dos jogos de linguagem possa independe de determinações mentais. A noção de “certeza” como uma questão de atitude, por outro lado, significa um importante componente antipsicologista da filosofia tardia de Wittgenstein, exatamente em virtude de constituir a principal expressão dos desdobramentos daquele desafio.

O antipsicologismo presente nesses textos manifesta-se a partir de uma estratégia argumentativa que eles têm em comum também. Trata-se de caracterizar a maneira como determinadas expressões são usadas ordinariamente e a segurança relativa a certas coisas como essenciais ao funcionamento regular dos jogos de linguagem. A regularidade inscrita na linguagem, por sua vez, está imbricada com o fato de que a base dos jogos de linguagem não envolve raciocínio, mas seria constituída por uma forma de agir e de julgar. Daí a ideia de que não haveria lugar para um comportamento de dúvida em jogos mais simples, já que a dúvida seria essencialmente matizada pela reflexão (cf. Wittgenstein, 2000, MS 169, p. 60v-61r). Multiplicam-se os exemplos no sentido de mostrar o quanto o mínimo gesto de dúvida dependeria de uma trama conceitual sem a qual uma dúvida qualquer não poderia ser significativa, como é o caso das manifestações de dor. Alguém que não compreenda o conceito de “dor” não estaria em condições, por exemplo, de duvidar a respeito do sentimento de dor de quem quer que fosse. Com efeito, a argumentação se encaminha para mostrar que a constituição das condições lógicas da significação resulta das práticas simbólicas e não simbólicas implicadas pelo uso da linguagem, evitando que o significado seja compreendido como uma espécie de vivência interior. Por fim, um dos principais signos dessa estratégia compreende conceber que as questões relativas aos conceitos psicológicos, também elas, devem ser resolvidas na linguagem, compreendida como um prolongamento do comportamento, de formas mais simples e primitivas (Wittgenstein, 2000, TS 229, § 817). Essa ideia é assumida de forma tão radical que Wittgenstein pode então dizer que “a incerteza acerca do interior é uma incerteza acerca de alguma coisa exterior” (Wittgenstein, 2000, MS 174, p. 12r-12v).

Creemos ter boas razões para dizer que se trata muito mais do que da aplicação da mesma noção de “certeza” a contextos teóricos distintos; o que de essencial os textos sobre certeza e filosofia da psicologia têm em comum relaciona-se diretamente com a aplicação dos conceitos psíquicos representar um desafio mais radical àquela concepção de “linguagem” comprometida com a ideia de que a certeza é reflexo dos próprios usos linguísticos. E que as coisas se passem assim é algo que se mostra de forma ineludível no MS 119, quando essa forma de entender a certeza é desafiada por exemplos típicos da filosofia da psicologia. Aparentemente, os jogos de linguagem dos

conceitos psíquicos não admitiriam o seu enquadramento em expressões com a forma de enunciados declarativos, pois o modo como as palavras para estados psíquicos se relacionam com esses estados não poderia ser o mesmo modo como as palavras para objetos físicos se relacionam com as coisas que nomeiam. Submeter então as palavras para estados psíquicos ao mesmo modelo de designação que prevalece no domínio das expressões sobre o mundo físico tem como resultado o objeto nomeado mostrar-se irrelevante. Do ponto de vista de Wittgenstein, dominar a aplicação de tais critérios significa ser capaz de mover-se no seu domínio de expressividade, sendo apto a discriminar a vinculação de tal expressão a qual estado psíquico. Muito mais do que verdade ou falsidade, dessa maneira, está em jogo o uso correto ou incorreto das próprias expressões, sendo a discriminação dos usos possível somente se feita mediante as formas de ação que os caracterizam. Nesse sentido, os modos de emprego da palavra “dor” não nos mostrariam apenas como a palavra se associa a um ou outro tipo de fenômeno psicológico, mas as determinações que funcionam à maneira de critérios para o seu uso.

A certeza que caracteriza o ato de discriminar os diversos modos de expressão se vale da presença desses critérios, ao passo que a objetividade que a caracteriza só é possível no domínio das expressões psíquicas por ser construída mediante o entrecruzamento de elementos eminentemente subjetivos com os padrões que regulamentam as expressões. Não é mais do que isso o que pretendemos dizer quando afirmamos que a assimetria entre a primeira e a terceira pessoas, que se caracteriza pelo privilégio do sujeito dos estados psíquicos, não é deixada de lado, sendo, a despeito disso, preservada a prevalência lógica de critérios objetivos sobre aspectos meramente subjetivos das expressões, ao invés da prioridade da introspecção do sujeito de posse dos estados psíquicos. E a noção de “certeza”, cuja gênese remonta ao MS 119, tem a virtude de evitar jogar o menino fora com a água do banho.

Embora a certeza a respeito de uma qualquer manifestação psíquica não constitua uma prova, no sentido de que nada parece impedir que a suspeita seja lançada a partir da perspectiva de uma outra pessoa, o desacordo tem limites. A forma de agir é um elemento decisivo na construção desses limites, que se refletem nos contornos do domínio de expressividade dos conceitos. Não se trata de dizer que não há um tom de voz que caracteriza a convicção, como há o tom de dúvida, mas que tudo isso pode não passar de marcas subjetivas e, mais importante do que todas elas, é o modo de ação, em que se refletem a certeza e a dúvida, determinando os contornos do sujeito (cf. Wittgenstein, 2000, MS 169, p. 31r-32r). Por isso mesmo, a certeza é o modo de ação, e não o tom de voz que se usa ao falar, com o sentimento especial ao qual ele se associa.

A concepção prática do sentido e a noção de certeza que ela envolve permitem afirmar não haver hiato entre os processos psíquicos e a ação na qual se

pode reconhecer a manifestação desses mesmos processos. A noção de “certeza” explorada por Wittgenstein nos textos editados em *Sobre a Certeza*, dos quais o MS 119 parece-nos ser o legítimo precursor, é o elemento conceitual mais importante dessa que é a principal marca da gramática dos conceitos psíquicos. Por essa razão, certeza e filosofia da psicologia podem esclarecer-se mutuamente. Por um lado, a exploração da gramática dos conceitos psicológicos faz ver as razões pelas quais a certeza não pode ser confundida com caracteres psicológicos. Por outro, a noção de “certeza” permite que a expressão dos estados anímicos pertença ao campo do discurso significativo, a despeito das idiosincrasias que as diferenciam das palavras para o mundo da física. O concurso dessas duas perspectivas permite que a filosofia de Wittgenstein subscreva-se como uma investigação lógica. Em sendo assim, nem se trata de um apanhado psicológico da certeza, tampouco de uma investigação que tem como objeto o mundo da consciência. A edição desses textos, porém, tratou de estabelecê-los na contramão de um tal esclarecimento mútuo, resultando no encobrimento dos laços entre a reflexão sobre a certeza e as observações sobre a gramática dos conceitos psíquicos.

A partir do confronto dos textos editados em *Sobre a Certeza* com a obra de Wittgenstein, passa-se da compreensão da investigação sobre a certeza como um momento isolado da obra à compreensão de que se trata de uma investigação que não apenas tem história na obra, como se articula em relação à filosofia da psicologia. Na mesma medida, esclarece-se o quanto a compreensão desses textos como um tópico em separado resulta de decisões editoriais, de maneira a parecer inevitável fazer crítica à edição da obra. Nosso propósito, no entanto, - é importante recordar ao leitor - detém-se em esclarecer o ganho teórico de uma exploração do tema da certeza que não se restrinja aos manuscritos editados em *Sobre a Certeza*. A necessidade de revisão da edição do espólio de Wittgenstein, é importante dizer, foi reconhecida inclusive por um dos curadores literários, Von Wright. A respeito dos textos sobre a certeza, um outro responsável por cuidar da edição do espólio, Rush Rhees, entende que a maneira como foram editados contribui decisivamente para que fossem compreendidos como devotados a uma polêmica contra Moore (Rhees, 2005, p. 3). Essa compreensão, como aliás o próprio Rhees sustenta no prefácio jamais publicado da edição alemã de *Sobre a Certeza*, não passa de um equívoco alimentado pela proximidade entre a redação de alguns desses textos e a visita de Wittgenstein a Malcolm (cf. Rhees, 2005, pp. 61-66). Em alguns casos, as razões para que não tenham sido editados em *Sobre a Certeza* nos afiguram injustificáveis, como é o caso do MS 174, do qual derivam os seus §§ 66-192 e cujas primeiras 14 folhas foram publicadas em *Last Writings on the Philosophy of Psychology II*. As razões nos parecem injustificáveis porque esse manuscrito contém observações sobre a oposição entre saber e crer, além de explorar desdobramentos conceituais importantes à

investigação sobre a certeza, como é o caso das consequências práticas da dúvida a respeito de elementos básicos dos jogos de linguagem.

Em certa medida, o caráter lógico da investigação tem como efeito o que se pode conceber como um dos principais componentes antipsicologistas da narrativa sobre a necessidade elaborada por Wittgenstein ao longo desses textos: a substituição da pergunta pela causa da certeza pela pergunta sobre as razões que a sustentam. A preferência por essa pergunta tem importância capital na maneira de Wittgenstein encarar o significado e enfrentar as questões que isso envolve. Interessa fundamentalmente a uma tal concepção a subordinação da maneira de compreender a linguagem à noção de “jogo”. Por oposição à linguagem compreendida como uma espécie de cálculo segundo regras precisas e previamente determinadas, Wittgenstein passa a compreendê-la como um jogo (Wittgenstein, 2009, § 23). Desse modo, falar e pensar não podem ser mais do que o exercício de um conjunto de técnicas, cujo domínio as ações tratam de manifestar. Afinal de contas, “o jogo de linguagem é comportamento” (Wittgenstein, 2000, TS 229, § 817 - RPP I, § 151). A compreensão linguística não pode ser menos do que a capacidade de agir e reagir de acordo com as regras que governam o dizer e o pensar, pois o jogo de linguagem é comportamento na mesma medida em que a linguagem é um prolongamento do comportamento mais primitivo. Numa palavra, essa concepção de linguagem, que tem a sua forma mais bem acabada apresentada na I Parte das *Investigações*, é explorada nos textos sobre filosofia da psicologia e certeza à medida que propicia compreender as razões que justificam as ações simbólicas e não simbólicas como formas de ação, reações primitivas destituídas de qualquer traço de reflexão. Há, como parece ser natural, uma ação recíproca entre a linguagem entendida como um jogo e a possibilidade da análise lógica da modalidade de discurso típica da psicologia. Se a concepção de “linguagem”, por um lado, permite que a análise lógica não detenha o seu alvo no domínio dos enunciados declarativos, cuja vocação é a de representar fatos, por outro, ao mirar o domínio expressivo da linguagem, a análise lógica pode ampliar uma tal concepção de linguagem, aplicando-a a situações conceituais novas e reconhecendo às expressões psíquicas o direito de cidadania lógica. Uma tal ação recíproca tem claro efeito na noção de “certeza”. E, também por isso, essa noção de “certeza” é tão fundamental à produção do ambiente lógico propício à nova compreensão da gramática dos conceitos psicológicos.

Referências

- Anscombe, G. E. M. & Von Wright, H. (2012). “Prefácio”. In: Wittgenstein, L. *Da Certeza*. Lisboa: Edições 70.
- Bouveresse, J. (1971). *La parole malheureuse: de l'alchimie linguistique a la grammaire philosophique*. Paris: Les Éditions de Minuit.

- Hintikka, J. (1991). An Impatient Man and his Papers. *Synthese* 87, pp.183-201.
- Malcolm, N. (1979). "Moore and Wittgenstein on the Sense 'I know'". In: Preston, J. (ed.). *Thought and Language*. Ithaca, NY: Schulte Cornell University Press.
- Monk, R. (1995). *Wittgenstein: o dever do gênio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Moore, G. E. (1959). "Certainty". In: Moore, G. E. *Philosophical Studies*. London: Littlefield, Adms & Co.
- Rhees, R. e Phillips, D. Z. (ed.). (2005). *Wittgenstein's On Certainty: there - like our life*. Oxford: Blackwell.
- Salles, J. C. (2006). "Considerações sobre o texto das *Bemerkungen über die Farben*." In: Salles, J. C. *O Retrato do Vermelho e Outros Ensaio*. Salvador: Quarteto Editora, pp. 171-194.
- Salles, J. C. (2009). "Apresentação: as anotações sobre as cores de Wittgenstein". In: Wittgenstein, L. *Anotações Sobre as Cores*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Schulte, J. (2003). *Experience and Expression: Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. Oxford: Clarendon Press.
- Stern, D. (1996). "Availability of Wittgenstein's philosophy". In: Sluga, H. & Stern, D. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge University Press, pp. 442-476.
- Van Gennip, M. J. J. M. (2003). "Connections and Divisions in On Certainty". In: Löffler, W. e Weingartner, P. (eds.). *Knowledge and Belief: papers of the 26th International Wittgenstein Symposium*. Vol. XI.
- Wittgenstein, L. (1972). (OC). *On Certainty*. New York: Harper Torchbookz.
- Wittgenstein, L. (1982). *Last Writings on the Philosophy of Psychology Vol. I*. Oxford: Blackwell.
- Wittgenstein, L. (1992). *Last Writings on the Philosophy of Psychology Vol. II: The 'Inner' and the 'Outer' 1949-1951*. Oxford: Blackwell.
- Wittgenstein, L. (1998). (RPP I, RPP II). *Remarks On The Philosophy Of Psychology*. Oxford: Basil Blackwell, 1998. Vol. I e II.
- Wittgenstein, L. (2000). *Wittgenstein Nachlass: The Bergen Electronic Edition*, Oxford: Oxford University Press.
- Wittgenstein, L. (2001). *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3^a ed. São Paulo: Edusp.
- Wittgenstein, L. (2009). *Philosophische Untersuchungen*. Oxford: Basil Blackwell, 1953. Revised 4th Edition. Translated by G. E. M. Anscombe, P. M. S. Hacker and Joachim SchulteOxford: Basil Blackwell.

Recebido em: 12.07.2019

Aceito em: 05.06.2020

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-
-Compartilhável 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

